

6

Considerações Finais

“O início é como um Deus que, enquanto mora entre os homens, salva todas as coisas” (Arendt, 2005, p. 32).

“O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas [...] O tempo é minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente” (“Mãos dadas”, Carlos Drummond de Andrade).

Chegamos ao final deste estudo cujo horizonte foi a compreensão arendtiana de um amor relacionado à condição humana da pluralidade. Sabíamos desde o início que este era um longo e árduo caminho. Escolher a companhia de Arendt para caminhar é deparar-se com um reexaminar filosófico-político-teórico sem fim. Percebe-se que a cada questão que emerge da sua reflexão política viva, brotam novas possibilidades de encontrar significados, constituindo o estudo sobre qualquer dimensão do seu pensamento um trabalho inesgotável. Nesta pensadora encontramos menos respostas e mais questionamentos. Talvez essa fosse a sua proposta, uma profusão de incentivos para pensar por si mesmo. Assim, pela permanente reflexão arendtiana vamos nos aproximando da realidade, descobrindo o sentido genuíno escondido no passado que pode lançar luz sobre o futuro. Neste intercurso entre o que foi e o que ainda não é, encontramos a temporalidade própria dos homens que *agem* e *iniciam*.

Em alguns momentos, tivemos a sensação de que estávamos muito aquém de atingir a complexa e inovadora forma arendtiana de ler os fenômenos políticos. Chamava-nos a atenção seu modo crítico de transitar entre os mais diversos pensadores e extrair desta corajosa interlocução aquilo que é essencial para provocar a reflexão sobre o mundo comum. Ela realiza este trabalho, de busca dos sentidos originais, seguindo um caminho próprio e rebelde. Isto torna a sua leitura difícil, mas ao mesmo tempo instigante. Neste diálogo, a paixão de Arendt pela compreensão revela-se como modo no qual ela tece e entretece, no presente dos acontecimentos, as relações mundanas que ganham significado político no intervalo entre o nascimento e a morte: “*o fato de que sempre houve um mundo antes da sua chegada e que sempre haverá um mundo após a sua partida*” (Arendt, 2000, p. 18).

O que nos motivou a escolher a companhia de Arendt e percorrer o seu pensamento, mesmo tendo consciência das inúmeras dificuldades, foi o entendimento central de que ela se preocupa e acredita na importância da *convivência humana*. E incluí nesta reflexão a intersubjetividade como elemento unificador de uma realidade política verdadeiramente democrática. Neste sentido, toda a sua teoria restitui em nós o sentido quase esquecido de que a existência política reclama a condição de pluralidade. Suas ricas metáforas ilustram um mundo como espaço comum de múltiplas aparências, animado pela presença de atores: *“As coisas vivas aparecem em cena como atores em um palco montado para eles. O palco é comum a todos os que estão vivos, mas parece diferente para cada espécie, e também para cada indivíduo da espécie”* (Idem, 2000). Com esta percepção, ela desloca nosso olhar para a diversidade humana, muitas vezes excluída dos assuntos políticos. Concretamente, este espaço é aquele contexto da comunidade e de sua organização política, cuja liberdade surge das relações empreendidas na modalidade da ação e do discurso, formas autênticas de conduzir os assuntos humanos no contexto de uma diversidade de opiniões, sem que para encaminhá-los seja preciso lançar mão das relações de mando e obediência e dos implementos administrativos. Esta leitura ampliou as possibilidades de vislumbrar uma compreensão da Política cuja essência é a comunicabilidade. Mas não a comunicabilidade previamente racionalizada, e sim aquela que nasce do pensamento e da ação simultâneos, da espontaneidade do diálogo, dos argumentos que circulam e fortalecem a existência de uma comunidade política viva; sobre a qual, em permanente aprimoramento, os homens vão se comprometendo com feitos de relevância pública e adquirindo responsabilidade sobre tudo aquilo que acrescentam ao mundo. Enquanto os homens se abrem ao diálogo em torno de um mundo comum, a comunidade mantém a sua força plural. As leis que daí resultam são mantenedoras desta força que caracteriza a Política. A partir do momento em que os homens abrem mão desta condição, a participação plural é substituída pela relação de mando, numa perspectiva instrumentalizadora da vida política.

Neste espaço mundano [o mundo das aparências], pela perspectiva de que *“o contingente frustra qualquer previsibilidade”* (Arendt, 200, p. 113), a natalidade do homem permite a liberdade da criação, das coisas novas que se acrescentam aquilo que já está dado pela natureza. A partir desta compreensão, é bom que se diga que Arendt não está desconsiderando as relações objetivas

relativas às necessidades econômicas, mas, ressaltando, à luz dos fenômenos da atualidade, a supervalorização das necessidades em detrimento da liberdade concernente à participação dos cidadãos na vida pública. Ela acredita que para participar da vida política antes é preciso suprir as necessidades do animal laborans, contudo o que inaugura a liberdade é o direito de participação em uma comunidade política plural. Vale ressaltar ainda que, ao resgatar o exemplo antigo da política grega, Arendt não pretendia que este fosse transposto para os dias atuais. Ela tinha clareza de que a pólis também era marcada por muitas desigualdades. No entanto, o que é essencial neste modo de vida político – aquilo que ela queria assinalar como condição humana dos homens que existem no plural – diz respeito ao valor comunicativo da palavra e a qualidade de revelação capaz de estabelecer a igualdade entre os diferentes; dimensões essas esquecidas nos contextos políticos modernos onde as relações de governo se traduzem na linguagem da administração das massas, da dominação e da submissão. A política como técnica levou à degradação da esfera pública e, dentre as suas consequências mais preocupantes na atualidade estão a redução do homem à condição de mero consumidor e o isolamento provocador da indiferença que anula quase totalmente o outro em sua humanidade. Ao analisar os fenômenos políticos da modernidade Arendt quer recuperar aquilo que outrora distinguia a manifestação do belo no âmbito da Política: o empenho em realizar grandes feitos em um mundo público. O belo neste caso é aquilo que atravessa as gerações, conferindo durabilidade às invenções da *liberdade política*.

Como instituir um mundo capaz de ser habitado? Como estabelecer relações neste mundo? Qual seria a força capaz de manter os homens em inter-relação? Estas indagações foram surgindo ao longo do estudo e orientando o diálogo com Arendt na direção da compreensão das relações entre Amor e Política.

Vimos que o que está no cerne das preocupações de Arendt é o “*nós plural*”. Este foi o traço básico das suas reflexões acerca da natureza problemática da relação da Filosofia com a Política. Neste sentido, o nosso percurso de estudo foi se desenvolvendo com a intenção de ressaltar essa ideia central. Ao apreender o sentido original da Política segundo Arendt, fomos penetrando na polissemia do amor, até encontrar alguns elementos distintivos como pistas para chegar à compreensão de uma espécie de amor de qualidade política.

As pistas encontradas, distante de nos conduzir à finalização do tema que propomos investigar, indicaram que o Amor Mundi é um princípio inspirador capaz de atualizar as possibilidades de existência da comunidade política fundada na liberdade. Neste sentido, é um amor que coincide com a própria ação. Na medida em que os homens permanecem unidos no contexto de um mundo comum, o princípio vai se atualizando. Neste horizonte, o caráter perdurável do *amor* materializado em ação se faz *mundo*.

A ação é o essencial de uma comunidade livre. Somente pela ação os homens ensejam o processo de criação de um mundo. Mas essa criação, conforme a leitura arendtiana, só assume relevância política pela audiência. O que torna o ato virtuoso não é o processo de criação, mas a condição de que o ato em seu desempenho apareça no mundo. Neste aspecto está a distinção básica entre a obra e a ação. É por isso que Arendt diz que as artes de realização, como o teatro, por exemplo, têm grande afinidade com a política. Enquanto os atores encenam no palco mostram seu virtuosismo, do mesmo modo como os homens que agem na esfera da política necessitam da presença de outros para mostrarem *quem* são. Nesta atividade a preocupação é com a perfeição do desempenho e não com o produto final como na fabricação. O que assume relevância são os feitos inspiradores do bem público, os quais “*são comentados, lembrados e transformados em histórias antes de se incorporarem, por fim, ao grande livro da história humana*” (2005, p. 2001). Não é por acaso que a *ágora* era uma espécie de anfiteatro onde a liberdade podia aparecer. Assim, a ação não se dá como plano previamente concebido, mas como nascimento da comunidade política animada pela primazia da aparência.

Arendt queria ressaltar as possibilidades de uma comunidade política viva. Aquela animada pelo prazer de estar na companhia dos outros para dialogar sobre aquilo que diz respeito em sociedade. Neste sentido, sua reflexão inspira o cuidado e a responsabilidade com este espaço que constitui o mundo comum. Em uma sociedade na qual o egoísmo mostra-se como modo de vida frequente, ela acena com a recuperação da solidariedade, única forma capaz de sensibilizar os homens nas situações de vozes silenciadas pela desigualdade e injustiça. A compreensão da Política pela perspectiva do Amor Mundi assinala o respeito como valor que vincula os homens num mundo de infinita diversidade de aparências.

Arendt mostrou que, embora o mundo se renove pela ação, ele é sempre um espaço instável. A contingência é o preço que pagamos pela imprevisibilidade da ação. A mesma ação que institui um horizonte de novos começos também coloca os homens diante de um futuro arriscado. Ela mostrou também que, além de imprevisível, a ação é irreversível. A má ação se cristaliza rapidamente, tornando-se fonte de intolerância e ódio e, assim, obstruindo o fluxo dos diálogos plurais. Para restituir os caminhos da liberdade política, Arendt vislumbrou encontrar as soluções para os impasses da ação na perspectiva da Promessa e do Perdão.

O pensamento de Arendt mostra-se relevante para vislumbrar formas de efetivação e realização da Política. No contato com suas reflexões, compreendemos que a defesa do interesse comum é uma exigência para a realização democrática. No caso de nossa sociedade brasileira, fortemente marcada por relações autoritárias, de hierarquias e de opressões, o interesse comum envolve as questões dos menos favorecidos: os pobres, as minorias, aqueles que são discriminados por questões de idade, etnia, orientação sexual, religiosas, dentre outras. Ou seja, aqueles que ainda não têm o “*direito a ter direito*”. Nesta direção, Arendt nos desperta a reflexão sobre os desafios de construção de uma responsabilidade partilhada em resposta aos modos de sociabilidade que coisificam, isolam e desumanizam as pessoas. A compreensão que resulta daí é de que não há outra forma de ser livre, responsável e cidadão a não ser convivendo com os Outros, com a pluralidade de sujeitos, dialogando e, por meio deste diálogo, confrontar pontos de vista e opiniões diversas. Uma realidade democrática supõe, conforme salienta Benevides (1994), sujeitos ativos, que participem da vida pública visando o interesse comum. Supõe que os próprios interessados se transformem em novos sujeitos políticos, já que numa realidade que se quer democrática a liberdade é compreendida como liberdade para a participação política.

O princípio do Amor Mundi arendtiano desperta o desejo pela realização do belo no âmbito da vida política. E o que poderia conferir beleza às nossas instituições atuais? Em tempos de instrumentalização da política, recuperar a dignidade e beleza do público parece uma grande utopia. No entanto, amar o mundo significa acreditar que podemos acrescentar a ele o *nascimento*. Caminhando com Arendt, abrimos os olhos do corpo e do espírito para aquilo que ficou de fora das grandes análises progressistas da história, das grandes estatísticas, das grandes descobertas científicas do século XX, mas que, no

entanto, é o que nos distingue dos demais seres vivos: *nascemos para iniciar e não para morrer*. Nesta perspectiva, acreditamos que a grande beleza que podemos conferir à vida pública, a despeito das difíceis condições que o público atravessa na contemporaneidade, é abrir os espaços institucionais para o nascer do debate plural, lançando mão da coragem e da criatividade podemos alargar as possibilidades de uma cidadania participativa, quiçá deslocando, pelo prazer do diálogo, o senso de felicidade de uma sociedade imersa no consumo, para o senso de felicidade fundado no sentido de publicidade, orientado pela ampliação da convivência mediada pelo respeito às diferenças.

Com Arendt abrimo-nos ao horizonte de que todos os seres humanos podem atuar politicamente. E que, a escolha por não atuar estreita a possibilidade de transformação na direção da justiça. Quanto mais alheios à vida política, menos autônomos são os homens, ainda que tenham seus direitos sociais respondidos. O desinteresse pela política é um convite à tirania e a burocratização da vida pública. Neste sentido, compreendemos que os enfrentamentos das questões da exclusão e da pobreza implicam mais do que um conjunto de soluções técnicas. Requer a constituição de espaços participativos, nos quais as ideias culturalmente enraizadas que se traduzem em violência e desrespeito aos Direitos Humanos, possam perder força no contexto de atores que argumentam e, deste modo, fazem história. Conforme Arendt evidenciou, apenas a possibilidade de plena igualdade de participação em um corpo político permite aos homens alcançar o estatuto de cidadão. A participação é a única que pode garantir a autonomia do cidadão. Os assuntos só assumem relevância política quando são levados a público, do contrário, perdura a situação de exclusão e, em muitos casos, de barbárie. Na trajetória dessas reflexões, fomos levados muitas vezes a pensar naqueles que, do ponto de vista político, em plena era da informação tecnológica, ainda inexistem: os invisíveis da sociedade. Certamente eles são muitos, oprimidos e alijados das relações deste mundo. A igualdade no plano jurídico de nossas leis ainda não foi o suficiente para reconhecê-los enquanto pessoas. Arendt lançou seu pensamento na direção da defesa de um mundo onde a diversidade coubesse. Um mundo acolhedor das diferenças. Neste sentido, suas proposições são oportunas para problematizar as terríveis intolerâncias do nosso tempo, aquelas que, lamentavelmente, teimam em fazer o tempo de vida de muitos sombrio.

Este estudo indicou que são muitas as possibilidades de caminhar pelo pensamento arendtiano. Os temas suscitados pelo seu pensamento podem ser

apreendidos pelos mais diversos ângulos. As propostas de análise e compreensão podem variar, sem que com isso se perca a riqueza do cenário teórico-filosófico arendtiano. Sem perder de vista a complexidade da teoria política arendtiana e, tendo clareza dos limites e possibilidades deste estudo, escolhemos compreender Hannah Arendt caminhando com ela mesma. Ou seja, trilhando o seu próprio modo autêntico de estudar a política pela via da compreensão. Neste sentido, estivemos muito mais preocupados em apreender o modo de ser político proposto pelas desafiadoras reflexões da autora. No entanto, reconhecemos que, certamente, o diálogo com os críticos de Hannah Arendt também se faz pertinente para a compreensão e o aprofundamento de seus estudos. A própria Arendt apresentou como tônica da sua teoria política o debate, o argumento de ideias e visões de mundo. Ela soube dialogar ressaltando aquilo que da sua perspectiva considerava original nos autores e, indicando os limites que se contrapunham à sua compreensão acerca da política.

Hannah Arendt dialogou com muitos pensadores da tradição do pensamento, sendo um desafio a investigação da influência destes no seu pensamento político. Consideramos que o maior desafio é a compreensão do modo original como ela os apreende conferindo autenticidade aos seus estudos.

Aprofundar o estudo sobre a relação entre ética e política no pensamento arendtiano também se apresenta como relevante proposta. Ainda hoje esses dois campos se tencionam, gerando questionamentos e debates. Consideramos que Arendt oferece um largo caminho para pensar os desafios de uma ética ligada às comunidades políticas plurais, orientada pelo sentido de publicidade. Enfim, são muitos e desafiadores os caminhos do estudo do pensamento arendtiano, revelando, assim, uma riqueza de temas e modos de investigação.

No que tange as possibilidades de interlocução do pensamento arendtiano com o Serviço Social coloca-se como desafio problematizar as relações entre o Social e o Político, constituindo este um ponto ainda bastante polêmico, visto que, conforme abordado neste estudo, Hannah Arendt concebia estes dois campos como distintos. Estando o Social atrelado ao campo das necessidades, quais são as possibilidades do Serviço Social caminhar na perspectiva da política Arendtiana? Acreditamos que as possibilidades são muitas, sobretudo se compreendermos que a cidadania está para além do acesso aos bens materiais, demandando ações no campo profissional que

ampliem os espaços de participação e constituição de uma sociabilidade pautada em valores éticos e políticos de liberdade, justiça e reconhecimento da pluralidade. Neste sentido, o estudo arendtiano oferece contribuições que se coadunam e alargam a reflexão sobre os princípios que orientam os desafios éticos do Serviço Social na atualidade. O Serviço Social é uma disciplina e profissão que tem como valor ético central a liberdade e Arendt propõem pensar uma liberdade cuja tônica é o diálogo, a participação, a convivência, a preservação do bem público.

O Serviço Social é uma disciplina e se constitui como profissão que tem como horizonte ético-político princípios que apontam na direção da ampliação e consolidação da cidadania; da defesa e aprofundamento da democracia; da defesa intransigente dos direitos humanos; da garantia do pluralismo, dentre outros que estão na base de uma ordem societária justa. A concretização destes princípios depende não só da construção de legislações, mas também da constituição de novas formas de pensar e agir no espaço público diante daquilo que Arendt tão bem testemunhou e evidenciou: a perda de autonomia do político (da ação em conjunto) em relação ao âmbito das necessidades econômicas e seus imperativos estratégicos, técnicos e privatizantes. As reflexões arendtianas, ao qualificarem a vida política e a visão de cidadania sob uma forma plural, podem ser tomadas como referência para iluminar a leitura do Serviço Social sobre as tensões cruciais que, analisadas por Arendt no curso do século XX, ainda persistem entre nós. Compreendemos que outra grande contribuição que o pensamento Arendtiano pode oferecer ao Serviço Social diz respeito à busca de superação da separação entre teoria e prática, entre filosofia e política, entre pensamento e ação. O Serviço Social, desde sua gênese, sempre se deparou com uma tensão entre filosofia e política subjacente a sua prática. Coloca-se, assim, como desafio para o Serviço Social pensar a relação entre ética e política enquanto práxis histórica. A ética enquanto pensamento que se vincula a ação em um movimento dialético e sempre aberto à reflexão e à renovação. Esta reflexão pode contribuir para vislumbrar novas formas de sociabilidade que ampliem e consolidem a cidadania, bem como indicar novas dimensões do conhecimento acerca da política que ajudem a aprimorar a reflexão e a ação profissional, rumo à construção de um projeto profissional voltado para uma nova ordem societária, democrática, justa, plural e, permanentemente comprometida com o enfrentamento das intolerâncias que anulam a existência da diversidade de sujeitos.

Neste sentido, pensar numa práxis política no Serviço Social, nada mais é que um compromisso profissional para fortalecer a participação da sociedade na construção de uma esfera pública democrática. É despertar a confiança no agir conjunto e na possibilidade de um mundo compartilhado formado por sujeitos solidários e criativos, no qual os interesses coletivos estejam acima dos caprichos individuais, na direção da afirmação de uma sociedade mais fraterna; uma nova ordem societária.

Ao final do esforço que constituiu este estudo sobre a teoria arendtiana, fica o desejo de que o seu pensamento político possa originar variadas reflexões, em especial no âmbito do Serviço Social. Para além dos questionamentos ora apresentados, considerando ser possível ampliar esse diálogo com as bases da reflexão arendtiana.

Se, embora não pudemos nos deter no estudo concernente às relações mais específicas da disciplina Serviço Social neste momento, isso não quer dizer que não tenhamos nos esforçado para estabelecer, nesta caminhada, inter-relações entre o pensamento arendtiano e os desafios postos a esta profissão na atualidade. Em variados momentos nos propusemos a realizar essa relação nas experiências enquanto assistente social e docente. Contudo, sobressaiu como tarefa primeira nesta Tese de Doutorado o estudo sobre o arcabouço teórico arendtiano. Acreditamos que deste primeiro passo podem derivar ricas relações com o debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro, o qual atravessa momentos de grande amadurecimento teórico-metodológico e ampliação das interlocuções teórico-filosóficas. As possibilidades são as de que, através do diálogo possam nascer modos próprios de apreensão da reflexão arendtiana, ensejando o alargamento dos horizontes de um mundo público.

Retomando as considerações sobre o tema desta tese, o estudo possibilitou compreender que, inspirados pelo princípio do amor pelo mundo, os homens exemplares comparecem com a força da *mentalidade alargada*, circulam livremente pela diversidade de pontos de vista como condição daquilo que salva o mundo das relações tirânicas e esvaziadas de humanidade. Por amor ao mundo, aquela criação que os inter-relaciona, os homens são capazes de criar ilhas de segurança em contextos de grandes contingências, ampliando as garantias de que o mundo não desapareça. Aí reside o valor da Promessa. Por amor ao mundo os homens também são capazes de reconciliações, restituindo as possibilidades dos novos começos. Aí reside o valor do Perdão.

No cerne do amor está a defesa intransigente de um mundo comum. A disposição de, em nome de uma sociedade plural, ultrapassar os caprichos privados em favor daquilo que nos interliga e garante nossa existência política na perspectiva da *liberdade*.

Neste horizonte, a compreensão central resultante deste estudo é a de que o Amor Mundi arendtiano manifesta-se como um princípio que emana e se atualiza no empreendimento do exercício da *liberdade em concerto*. Sempre que o princípio se atualiza a ação se renova, e o mundo se torna um novo começo. Deste modo, toda vez que os homens se comprometem em fazer o melhor que puderem para a manutenção da existência da comunidade política, a *liberdade* surge no mundo. Por isso, compreendeu-se que o Amor Mundi equivale ao amor à liberdade, que, segundo Arendt, é a razão de ser da Política.